MOBILIZAÇÃO #Jovens2030

Consulta Pública: a Mina do Barroso

1. PROTEÇÃO DOS SOLOS E FUTURO RURAL

Sem solo fértil não há futuro para o Barroso. O novo projeto da mina alarga a exploração de 12 para 15 anos e passa a remover entre 20 e 30 centímetros de solo fértil, o dobro ou o triplo do previsto. Esse solo ficará armazenado em 42,5 hectares durante mais de duas décadas, perdendo vida e capacidade de produzir. O solo leva séculos a formar-se e é a base dos lameiros, da pastorícia e da nossa alimentação. Não aceitamos que seja tratado como entulho.

O QUE SABEMOS? O solo não é apenas chão: é um ecossistema vivo e complexo. Abriga mais de um quarto de toda a vida terrestre, e do seu equilíbrio dependem incontáveis outras formas de vida.

2. ÁGUA E TERRA NÃO SE REPÕEM COM PROMESSAS

A água do Barroso é de quem lá vive. O próprio estudo do promotor admite que as nascentes próximas podem descer até 52 centímetros e só recuperar cerca de 7,5 anos após o fim da exploração. Admite também que a análise de contaminação do rio Covas é apenas "indicativa" e que as águas subterrâneas só foram estudadas na época das chuvas. Prometer água de camião em 24 horas não é solução, é remendo. São necessários estudos mais completos e multidisciplinares.

O QUE SABEMOS? Sem água limpa, não há comunidade.

3. IGUALDADE DE GÉNERO: OS IMPACTOS NÃO SÃO IGUAIS

Nos territórios rurais em múltiplas geografias, as mulheres fazem 76,2% do trabalho de cuidar não pago: cuidam das hortas, dos animais, da água da casa e das pessoas mais velhas. Quando uma nascente seca, a água deixa de ser só um recurso e passa a ser mais horas de trabalho invisível. Os direitos de pastoreio, de recolha de lenha e de uso dos baldios, muitas vezes exercidos por mulheres, arriscam desaparecer em compensações pagas apenas a quem tem o título de posse da terra. E a pobreza de tempo afasta-as das sessões de consulta.

O QUE SABEMOS? No Barroso, as mulheres estão na linha da frente da resistência à mina, porque sabem que defender o ambiente é defender a comunidade e o direito de decidir o próprio futuro. Não há transição justa sem igualdade.

DEAR DEVELOPMENT EDUCATION AND AWARENESS RAISING supporting global change
Cofinanciado pela União Europeia
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
IMVF Instituto Marquês de Valle Flôr

MOBILIZAÇÃO #Jovens2030

Consulta Pública: a Mina do Barroso

4. TERRITÓRIO VIVO, COMUNIDADES FORTES

O Barroso é Património Agrícola Mundial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o que evidencia um modo de vida feito de baldios, pastoreio e saber partilhado que resistiu durante séculos. Para além da oposição à mina de grande parte da população do Barroso, também a garantia financeira do valor previsto para fechar a mina e recuperar o território é manifestamente baixo e pouco relevante. A Lei de Bases do Clima coloca a justiça social no centro da ação climática.

O QUE SABEMOS? Os custos da transição só serão justos, quando têm também em conta a dimensão social e ambiental. As comunidades não podem ser o custo escondido do progresso.

5. CIDADANIA GLOBAL COMEÇA NO BARROSO

O lítio do Barroso vai alimentar o que a Comissão Europeia chamou de projeto estratégico para reforçar o abastecimento da União Europeia (UE) em matérias-primas críticas. Portugal quer ser um país construtor de pontes no clima, mas essa voz só tem autoridade se for coerente: o rigor em direitos humanos e ambiente que a Europa exige às cadeias de valor globais (Diretiva (UE) 2024/1760) tem de valer também no Barroso.

O QUE SABEMOS? Que é possível fazer uma transição energética justa, que começa por consumir menos, reutilizar e reciclar baterias, e que não destrói o solo, um dos maiores reservatórios de carbono do planeta. Cuidar das pessoas e cuidar da terra é a mesma luta.

Esta consulta foi cofinanciada pela União Europeia e pelo Camões, I.P. em Portugal. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do projeto “Rural Voices 2030, Engaging young rural European citizens in a gender responsive approach to soil protection” e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia ou do Camões, I.P.